CDPM
DOCUMENTAÇÃO
9/90

TL 6749

A DIOCESE DE DILI - TIMOR LESTE
UMA REFLEXÃO DOS SACERDOTES AUTÓCTONES

I. "PERANTE UMA NOVA SITUAÇÃO"

1. Breve Resenha Histórica

Desde 25 de Abril de 1974, a Igreja, em Timor, vem procurando acompanhar a situação do seu Povo, esforçando-se por viver ao seu lado durante toda a evolução do seu presente processo histórico.

No dia 25 de Janeiro de 1976, o Bispo de Dili, juntamente com o seu Conselho Diocesano de Presbíteros, dirigiu a todo o Povo Timor, uma Mensagem de Paz e Amor, traçando as linhas mestras da posição eclesial e política da Igreja de Cristo presente no mesmo Povo. Este documento histórico, muito apreciado pelo ambiente sócio-político de então, é de importância capital e, no dizer do próprio autor, de "premente actualidade" para quem viveu e vive o problema humano, eclesial, sócio-económico e político-cultural do Povo Timor. Este documento define, de facto, uma nítida tomada de posição, numa hora difícil e "excepcional para Timor", hora de decisões sobre os seus destinos (1).

2. Primeiro Administrador Apostólico
Março de 1977 - Maio de 1983

Nesta conjuntura o Bispo D. José Joaquim Ribeiro pede a sua resignação e, em sua substituição, a Santa Sé nomeia o Pe. Martinho da Costa Lopes, apenas como Administrador Apostólico ad nutum Sanctae Sedis.

Com seus dotes humanos adquiridos durante uma longa experiência directa das realidades eclesiais e sociais do Povo Timor, exercendo diversas funções de responsabilidade na Diocese, o Pe. Martinho da Costa Lopes conseguiu conduzir a Igreja, nestes tempos difíceis e obscuros, numa linha de fidelidade aos princípios evangélicos e ao Povo Timor, este com seus costumes sociais profundamente "cimentados" no Evangelho (2).

Foi assim que, em 13 de Outubro de 1981, publicamente denunciou barbaridades e crimes perpetrados pelos militares indonésios nas zonas de Viqueque - para só citarmos um exemplo das várias intervenções de Mons. Martinho a favor das populações indefesas. Como prémio da sua coragem, foi-lhe proposta a resignação, devendo abandonar a sua terra, em Maio de 1983.

II. SITUAÇÃO ACTUAL

1. Segundo Administrador Apostólico
Maio de 1983

Dizia S. Leão Magno: "Aquele que deve presidir a todos, seja eleito por todos".

A eleição e nomeação do Pe. Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB para conduzir a Diocese de Dili, em seguimento à resignação de Mons. Martinho, por motivos de vária ordem, foi vivamente contestada pelo Clero Diocesano nativo. Este, efectivamente, vinha garantindo até então, a vida da Igreja e podia continuar a assumir os encargos do apostolado desta Igreja local, a qual apresenta características peculiares, dentro do contexto geográfico-eclesiástico.

Ao lado de missionários diocesanos europeus e de outros continentes, trabalhavam sacerdotes nativos também diocesanos, em número sempre crescente, desde a década de sessenta, coadjuvados por um pequeno número de clero religioso, salesiano e jesuita, todos não nativos.

Por isso, a nomeação do Pe. Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB, então o único sacerdote religioso nativo, da Sociedade Salesiana, representava um menosprezo pela acção do Clero Diocesano nativo e não nativo. Hoje, na nova conjuntura da Diocese, enorme convulsão estatística dos dois Cleros se verifica. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Episcopal, em 23 de Novembro de 1988, i.e., após cinco anos de governo, a situação do Clero é a seguinte:

-Clero Diocesano (nativo e não nativo): 25 mais um enviado da Conferência Episcopal indonesiana;

-Clero Religioso (nativo e não nativo): 30 mais o Administrador Apostólico.

Total dos Sacerdotes presentes na Diocese, em 1988: 57 Sacerdotes, dos quais apenas 26 são diocesanos e religiosos os restantes. Neste ano de 1990, a situação das estatísticas segue uma linha ascencional nítida para o clero religioso e estacionária para o diocesano. Estes números são significativos para a futura feição da Diocese: passagem do clero diocesano para o clero religioso.

Acresce ainda apontar, mesmo de relance, uma nova situação de mentalidade "religiosa" criada pelos Institutos Religiosos que tendem a estabelecer uma espécie de "feudalismo religioso" no meio de um Povo classificado oficialmente como pobre e dum clero diocesano também não em melhores condições.

O Clero Diocesano nativo, no entanto, aceitou colaborar com o novo Administrador Apostólico religioso, com espirito de fé o de lealdade. Mas, com o caminhar dos tempos, o que o mesmo Clero temia, tornou-se realidade: a sua paulatina e insensível marginalização, não sendo ouvido em assuntos vitais da Diocese para não arguir de certa desconfiança por parte da Nunciatura em Jacarta, em fazer chegar à Santa Sé desvirtuada informação.

2. O novo Administrador Apostólico

Desde o início da sua nomeação, o novo Administrador Apostólico primou por uma incoerência notável em ideias e acções - o que dificultou imenso uma leal colaboração. As numerosas Cartas e Notas Pastorais o ilustram suficientemente.

2.1. LITURGIA

A Diocese de Dili tem o TETUM como língua oficial litúrgica (3). Os sacerdotes diocesanos nativos empenharam-se árduamente na tradução da ORDO MISSAE, já aprovada pela Santa Sé, em 7 de Abril de 1981, à qual se seguiram outras traduções, sobretudo dos Rituais, em ordem à promoção da inculturação-timorização da Liturgia e de toda a Pastoral da Diocese.

O Administrador Apostólico, inicialmente, emitiu a citada Nota Pastoral, decretando o TETUM como língua oficial da Liturgia, talvez para também obstar a crescente presença dos sacerdotes indonésios, que tendenciosamente desincarnavam a Liturgia do Povo. No entanto, o Administrador Apostólico nem sempre foi consequente com sua própria determinação, celebrando ele próprio ou autorizando celebrar em indonésio, sem plausível necessidade pastoral.

Em consequência, o Administrador Apostólico não consegue ou não quer pôr cobro às arbitrariedades de alguns párocos e Casas religiosas, que ostensivamente celebram em indonésio, mesmo nas comunidades onde o indonésio não é usado pelo Povo.

2.2. SEMINÁRIO

Numa época de extrema penúria, o Seminário pôde manter-se graças à colaboração da Escola "Externato de S. José". Com a destruição dos edifícios de Dare, em 13 de Dezembro de 1975, o Seminário só reabriu em 1978, nos edifícios do "Externato de S. José", em Lahane, Dili, indo os seminaristas frequentar as aulas da mesma Escola nos edifícios do Lar Feminino, em Balide, para onde se tinha transferido o mesmo Externato. Desde então o Seminário viveu ligado ao Externato de S. José, até fins do ano lectivo de 1988-89, época em que a direcção da secção SMA foi separada da do Externato.

"O Seminário, como está, deixa muito a desejar e não agrada a ninguém" - foi o repto lançado à Direcção de então por um religioso, em plena reunião, não explicitando, porém, quais eram os pontos desagradáveis, centrando-se apenas o ataque ao ensino do Português, que os seminaristas recebiam no Externato de S. José e no género de uma escola "mista".

A Direcção do Seminário passou da Provincia Portuguesa S.J. para a da Indonésia. A Diocese apenas recebeu a comunicação como caso consumado, sem nenhuma alternativa para encontrar qualquer outra forma de solução.

Após sucessivas tentativas de mudanças é que, realmente a situação do Seminário "deixa muito a desejar"! Uma rápida conversa com os actuais seminaristas maiores ilustraria as dificuldades que eles enfrentam e a gravidade da situação da formação do clero no Seminário interdiocesano de Malang - Java.

2.3. ESCOLAS DA DIOCESE

Antes de 1975, as Escolas da Diocese funcionavam regularmente e com vantagens sobre as escolas governamentais. Hoje, não obstante o reconhecimento de dificuldades de vária ordem, de situações novas, verifica-se um baixar notório de nível humano, intelectual e religioso nas escolas da Diocese. Causas: As Escolas estão entregues a recém-chegados, "com pouca consonância com a população"(4), i.e., sem o espírito do Povo, faltando a muitos verdadeira formação humana, intelectual e espiritual para o cargo de educadores.

Como exemplo, uma das Escolas da Diocese, o Externato de S. José, que nestes últimos tempos além de dar a sua plena cooperação ao Seminário, abriu também no seu sêio um SPG, um SMA e um SMP todas do mesmo nome, para numa visão de conjunto, ampliar e manter as feições genuinas do Povo e da Igreja local, sob a orientação do Clero Diocesano nativo.

Este plano porém vem continuamente sofrendo ataques imerecidos tendendo para o seu encerramento, por parte da autoridade eclesiástica, desmantelando e transformando a secção do SMA num "SMA Seminari" cuja direcção é agora entregue à Companhia de Jesus, com objectivos ambiciosos de o converter num SMA piloto.

A sua desmembração, nesta conjuntura histórica do Povo Timor significa, o golpe de misericórdia para o Externato de S. José, além de implicar a entrega de uma obra do Clero diocesano a recém-chegados sem conhecimento das realidades timorenses, ou mesmo com intencional propósito de desenraizamento cultural.

Além deste caso, existem vários outros doutras escolas onde acontece o mesmo: sem escrúpulos entrega-se a direcção das

escolas católicas diocesanas a recém-chegados com mentalidade, missão e objectivos, sob todos os pontos de vista, alheios e adversos ao bem do Povo Timor (5).

2.4. ORGANISMOS DIOCESANOS

2.4.1. CÚRIA DIOCESANA

As estruturas do Vigário-Geral e do Chanceler continuam a manter-se numa inactividade operacional devido à centralização de competências só na pessoa do Administrador Apostólico.

2.4.2. CONSELHOS PRESBITERAL E PASTORAL

Estes dois organismos reunem-se regularmente e não existem soluções concretas dos problemas abordados, o que manifesta que que os assuntos tratados não representam as opiniões do Presbitério da Diocese e que os Sacerdotes do Presbitério não estão em contacto eficaz com os membros dos dois Conselhos.

2.4.3. OUTROS ORGANISMOS

Existem várias comissões diocesanas, que, de comissão só têm o nome. Dir-se-ia que só servem para figurar nos relatórios a enviar à Santa Sé.

A Comissão para Assuntos Económicos é de criação recente. Os Sacerdotes agiam e agem segundo suas habilidades e possibilidades e vivem com a mísera côngrua de Rp. 50.000 mensais, sem nenhuma assistência de previdência social para os casos de doença e invalidez.

A Assistência Social da Diocese - DABSOS - "é uma das organizações diocesanas que não está organizada"(6). Agora está entregue à Companhia de Jesus, todavia, continua praticamente inerte, não organizando nada a nível da Diocese.

2.5. AS POSIÇÕES POLITICAS

A escolha do Pe. Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB, para Administrador Apostólico, foi uma nítida opção política, quer da parte do governo indonésio, quer da parte do Vaticano. Estava latente o interesse em encontrar um homem que facilitasse as manobras políticas. O que inicialmente constituia apenas uma suspeita, veio a manifestar-se perante as tergiversências e contradições contínuas nas acções do Administrador Apostólico, parecendo mais um homem manobrado pelo governo e pela congregação salesiana, do que um homem de Igreja.

A Igreja não faz política, mas deve iluminar as situações para correctas opções políticas dos cristãos. A doutrina da Igreja é obvia a tal respeito.

A escolha do Pe. Carlos Filipe para dirigir a Diocese de

Dili, obedecia a um plano político obscuro. Cedo, porém, o Pe. Carlos Filipe se manifestou ser um homem inconsiante para manter posições tomadas, caindo no desagrado da politica eclesiástica e governamental (7).

. vApraz-nos aqui citar a Carta Pastoral do Bispo D. José Joaquim Ribeiro, referida no início desta exposição:

> "A Igreja não tem partidos: tem apenas o Evangelho a proclamar a toda a gente e em toda a parte e está aberta ao pluralismo das opções, humana e cristãmente válidas, da parte dos seus membros. A sua política é tentar um esforço árduo, constante e porfiado, realizar em seus membros a verdade libertadora e exigente do Evangelho de Cristo e viver plenamente no dia a dia, interiormente e exteriormente, os Mandamentos da Lei de Deus, o programa das Bem-Aventuranças e o ideal da vida de Cristo, e Cristo crucificado. E, são estes, em concreto, os caminhos da promoção e os caminhos da Liberdade, que a Igreja em Timor tem procurado abrir, apesar das limitações e fraquezas humanas.
> Cada povo ou país tem as suas características próprias do seu património cultural do que não deve abdicar. Um terço da população de Timor é cristão. E os restantes timorenses têm uma visão espiritualista da vida e são animistas. Todo o Povo de Timor tem, como património comum, a profunda crença em Deus e nos valores espirituais (...).
> A posição da Igreja será em qualquer das opções, aceitar a situação que o Povo timorense escolher e prosseguir a sua missão evangelizadora, no meio do mesmo Povo de Timor, qualquer que seja a sorte que a este caiba.
> A Igreja conta que lhe seja reconhecida no novo contexto sócio-político de Timor a liberdade de existir e de exercer a sua missão, usando dos meios conformes ao Evangelho e apropriados aos tempos e às circunstâncias. Quer ter a independência no âmbito da sua missão específica e dar a sua leal e sã cooperação no campo da integral promoção e libertação humanas e do verdadeiro desenvolvimento das populações, no enquadramento político-nacional em que os timorenses estiverem integrados. A Igreja estará sempre ao serviço do bem público em respeitosa cooperação com a legítima autoridade constituída"(8).

O slogan "Os Padres não fazem política!" é discutível e controversial, porque afinal só se considera "fazer política" quando se apontam as flagrantes injustiças praticadas contra populações indefesas, e, não se considera "fazer política", quando a autoridade eclesiástica caminha de mãos dadas com o governo civil para impôr opções e implantar a política ao governo! Citemos apenas a Carta de 6 de Fevereiro de 1989, a qual levantou polémica acesa nos círculos políticos, tanto na Indonésia e em Timor, como no foro internacional. Inesperadamente porém, surge-nos uma Carta Pastoral em Indonésio, dirigida ao povo católico de Timor, no dia 17.12.1989 escrita num tom de espírito que manifesta uma viragem incompreensível, comparando-a com a posição tomada em 6 de Fevereiro de 1989.

2.6. RELIGIOSOS-MISSIONÁRIOS

Para atender à explosão de conversões verificadas nestes últimos dez anos, como sinal de afirmação da própria identidade do Povo Timor, aceitou-se a colaboração de religiosos missionários indonésios e não indonésios. Todavia estes entraram com um espírito totalmente desprestigiante do ideal missionário que se conhece na História da Igreja. Chegaram com ares de superioridade, afirmando mesmo alguns, que nada se fez em Timor, até à sua entrada!...

Não admira, por isso, que o próprio Povo os apelide de "padre bapak" ou "madre bapak", dando ao qualificativo "bapak" o pejorativo sentido de "estrangeiro", "não-enquadrado", "não-identificado" com o Povo. Em consequência torna-se-lhes muito difícil adaptar-se à situação de Timor, não fazendo mais do que transplantar, física e geográficamente, seus modos de pensar e agir, sem consonância com a realidade.

Mais grave ainda, porém, e quase sub-repticiamente, é o deixarem-se utilizar pelos responsáveis no Poder para a sistemática destruição da Cultura e Tradições do Povo, tentando influir "desde dentro", quando preferentemente a língua indonésia na Liturgia, contra as decisões do Prelado. Por outro lado, manifestam uma total insensibilidade perante o sofrimento do Povo.

III. PERSPECTIVAS

A Igreja só é Igreja de Jesus Cristo quando anuncia o Evangelho, a Boa-Nova, celebra os Sacramentos para o Povo de Deus em caminho, quando permanece unida e identificada com o Povo a quem serve. Mas este processo de identificação também é um caminho que deve ser feito pela mesma Igreja, indo ao encontro do seu Povo. Há que caminhar então ao encontro de Cristo juntamente com o Povo a quem fomos enviados, comungando "as suas alegrias e esperanças, as suas tristezas e angústias"(9).

Iluminados pela Fé e pelo Amor que nos têm dado forças para a Cruz e para o sacrifício, dia após dia durante todos estes anos, queremos continuar a trabalhar, a viver e a morrer por esta Igreja de Deus, tão provada, e por isso mesmo, purificada. Para nós também, a hora actual é "kairos", é tempo de Deus. Trabalharemos por uma Igreja centrada em Cristo crucificado, morto e ressuscitado.

ELE nos dará forças para sermos uma Igreja pobre, no meio do nosso Povo pobre, mas rica em solidariedade entre seus membros. Queremos ser uma Igreja enraizada no Povo, aperfeiçoando o que temos sido, envolvidos com os seus problemas, porque só assim,

atingiremos a profundidade das raizes da vida.

Somos uma Igreja com características próprias, das quais não nos envergonhamos, antes nos gloriamos, dispostos a avançar para o futuro, unidos a Cristo, à Igreja Universal e ao nosso Povo. Só assim seremos uma Igreja-profeta para indicar ao Povo de Deus a vontade do mesmo Deus.

Seguindo as pegadas de Cristo, a Igreja há-de continuar a ensinar a verdade com a coragem dos mártires, com a fé dos confessores, e com a paz e serenidade dos "homens que Deus ama", porquanto só a Verdade liberta.

IV. APELO E CONCLUSÃO

"É (...) direito reconhecido e dever de todos os fiéis 'comunicar aos pastores espirituais a própria opinião no que respeita ao bem da Igreja, salvaguardada sempre a integridade da Fé, dos bons costumes e do respeito para com os pastores e levando-se em consideração a utilidade geral e a dignidade das pessoas' " (10).

O Santo Padre abriu uma nova era para o Timor cristão, às portas do segundo milénio e do cinquentenário da Processo de Díli: fez despertar na alma da Juventude e do Povo de Timor uma vida nova.

Desejaríamos recordar com profunda gratidão esta visita do Santo Padre à nossa Terra mártir. Proclamando a mensagem da Paz, do Amor e da Reconciliação, convidou-nos à Unidade, em busca de uma justa e pacífica resolução das presentes dificuldades! " "Timor forte no amor evangélico há-de poder cumprir a sua missão de ser o 'sal da terra e a luz do mundo' "(11).

Desejaríamos, para o bem da Igreja e do Reino Universal de Cristo, que o Senhor Nuncio tenha melhor e maior compreensão por nós como Igreja de Cristo, mais interessado pelos problemas do Povo que sofre, do que pelos serviços políticos prestados ao governo junto do qual se encontra acreditado.

Desejaríamos, igualmente, que os missionários sejam defensores apenas do Evangelho, da Boa Nova da Libertação, e não agentes colonizadores e defensores sectários das suas Congregações ou Institutos.

Desejaríamos finalmente dirigir ao nosso querido Povo Timor um apelo à Unidade, apelo já lançado pelo Santo Padre.

Com uma palavra de Paz e de Esperança, queremos aqui

relembrar as palavras quentes do Bispo D. José J. Ribeiro, na sua última Exortação Pastoral aos seus fiéis, em 17 de Maio de 1976:

"É esta uma hora excepcional para Timor. É o dever de todos, é agora, o dever de cada um. A gravidade do momento presente exige que todos sejam um e que um seja por todos. Já que não souberam unir-se para salvar os valores materiais, ao menos, agora, unam-se todos para não deixarem desaparecer:
a) os laços estáveis e sagrados da família e do matrimónio uno e indissolúvel;
b) os princípios fundamentais e tradicionais da educação cristã recebida;
c) os padrões norteadores da vida pública e privada;
d) o já adquirido nível da vida social e cultural;
e) e os princípios espirituais e normas morais que vêm regendo a sociedade timorense.
Ou estes valores se salvam ou o Povo de Timor Oriental, como tal, desaparecerá.(...) Só uma posição colectiva, firme e unida, de todos os timorenses poderá salvar, ainda, os valores morais, espirituais, e sobrenaturais que constituem a inconfundível fisionomia e o inalienável património deste Povo de Timor.(...)
O dever de todos neste momento, não é discutir ou condenar o passado. Também não é idealizar ou fantasiar o futuro. É, sim, agarrar e viver o presente e compreender e aceitar as realidades que passam; interrogar-se cada um se está assumindo as suas próprias responsabilidades e cumprindo os seus deveres de estado, face aos acontecimentos decorrentes. A tarefa de hoje e de sempre é unir todos os timorenses à volta do verdadeiro, real, concreto e possível bem do Povo de Timor.(...) .
Há quem esteja interessado, na presente situação política e social de Timor em impedir, a todo o custo e de qualquer forma, a união dos timorenses. Tal como antes, está a intensificar-se cada vez mais uma multiforme e externa tenebrosa teia de divisão e desunião entre o Povo e também, entre os mais representativos do mesmo Povo. Tanto no sector religioso como no sector político. Dividir, separar e dominar, para vencer, - é a palavra de ordem (...). É, nesta maligna acção satânica (...) estão empenhadas forças, conhecidas e desconhecidas, e agentes, secretos e públicos, de cá e de lá.
Não deixam ilusões: são claras as manobras e não escapam as intenções tanto de alguns dos de cá como de alguns de lá. (...) Não perdemos a confiança, e até temos possibilidades, desde que estejamos todos unidos, de refazer a nossa vida familiar, social, económica e religiosa e de preparar um futuro mais feliz para as vindouras gerações. Importa não perder o que ainda temos de valores positivos e adquirir mais ainda com o esforço conjugado de todos. É na união que estará o segredo da nossa vitória.
Perdoar e ir ao encontro dos outros, aceitá-los e ajudá-los a saírem das suas dificuldades - é isto amar o próximo, em verdade e em obras, e é também construir a união entre a família timorense. É é serviço muito do agrado de Deus. Rezemos uns pelos outros e ajudemo-nos mutuamente como irmãos"(12).

CHRISTUS VINCIT! CHRISTUS REGNAT! CHRISTUS IMPERAT!

VIVA TIMOR, TERRA DA SANTA CRUZ!

Dili, 20 de Maio de 1990

O PRESBITÉRIO TIMORENSE

P. Demétrio B. Soares
Pároco de Aileu

P. [illegible] dos Santos
Pároco de Same

P. Mario da Costa Belo
Paroco de Ermera

P. Agostinho da Costa
Paroco de Manatuto

P. Domingos Morato da Cunha
Vigario Cooperador - Motael

P. Mariano Soares
Paroco de Dare

P. Francisco Tavares dos Reis
Paroco de Suai

P. Hilario Madeira
Paroco de Bobonaro

P. Antonio G. dos Santos Freitas
Paroco de Viqueque

P. Sancho Amaral
Paroco de Ossu

P. Francisco dos S.F. Barreto
Paroco de Ainaro

P. Filomeno de J. Barreto
Vigario Cooperador - Ermera

P. Norberto Amaral
Paroco de Maubisse

P. Domingos Soares
Encarregado da Paroquia de Maliana

P. Filomeno Jacob, S.J.
Director - Y.S.P.

P. Leão da Costa
Ecónomo da Diocese

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. D. JoséJ. Ribeiro: Exortação Pastoral, 17 de Janeiro de 1976
2. Ibidem
3. Mons.Carlos F.X.Belo: Nota Pastoral sobre a Vida Litúrgica, No. 3, 31 de Outubro de 1983
4. 3ª Carta do Adm. Apostólico aos Sacerdotes, 24.Dezembro.1985
5. Projectos-Despacho de 2 de Maio de 1984; Prov.Nº 5/1990 - desnomeação do P. Leao da Costa
6. 3ª Carta do Adm. Apostólico, de 24.12.85 supra
7. Carta ao Secretário-Geral da ONU, de 6.Fevereiro.1989
8. D. José J. Ribeiro, Carta Pastoral-"Perante uma nova situação" de 25.Janeiro.1975
9. Const. Dogmática "Gaudium et Spes", Nº 1.
10. CIC 212,3, in CONCILIUM Nº 222/1989
11. Discurso-Homilia de João Paulo II, Tacitolu, 12.Outubro.1989
12. D.José J. Ribeiro, Exortação Pastoral, 17.Maio.1976

+